

EDUCAÇÃO DE FILHOS POR CASAIS RELIGIOSAMENTE PLURAIS: Reprodução do grupo e livre-arbítrio

Ariane Vieira Leite¹

RESUMO: *As orientações educativas dos pais estão baseadas em valores que por sua vez se relacionam à sua crença religiosa. Nesta pesquisa, buscou-se identificar as orientações transmitidas nas Igrejas acerca da educação de filhos, cientes de que estas exercem forte influência na construção das representações sociais que norteiam a vida dos indivíduos que participam das denominações religiosas.*

Palavras-chave: Educação de filhos; Autoridade; Evangélicos; Reprodução; Livre-arbítrio.

Pesquisadores (GRUSEC e LYTTON; HANICH, TOLAN E GUERRA, citados por WAGNER, 2003) revelam que o sistema de crenças dos pais é determinante na relação que eles estabelecem com seus filhos. Desta forma pode-se afirmar que as orientações educativas dos pais estão baseadas em valores que por sua vez se relacionam à sua crença religiosa.

A fim de identificar as orientações transmitidas nas Igrejas acerca da educação de filhos, realizaram-se entrevistas com pastores e pessoas engajadas nos ministérios de famílias, das seguintes igrejas evangélicas: Presbiteriana, Batista, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular e Metodista Wesleyana². As duas primeiras podem ser classificadas como tradicionais e as duas últimas como pentecostais, ligadas ao chamado “pentecostalismo clássico”³.

Os entrevistados foram considerados, por nós pesquisadores, como capacitados para expressar o pensamento da igreja sobre educação de filhos, uma vez que trabalham nesta instituição diretamente nesta área, dando formações a pais, filhos e educadores. Lembramos que as informações que transmitem exercem forte influência na construção das representações sociais que norteiam a vida dos indivíduos que participam das denominações religiosas.

Ressaltamos que não pretendemos analisar as especificidades de cada denominação em relação à educação familiar, mas sim falar dos pontos consensuais existentes entre elas. Três das cinco maiores denominações evangélicas⁴, em termos de número de adeptos, estão dentre as estudadas neste trabalho, segundo dados do IBGE (Atlas da filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil), de 2004.

¹ Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador - UCSal. arianeleite@yahoo.com. Orientadora: Christine Jacquet.

² Estas são as denominações freqüentadas pelas mulheres entrevistadas da amostra de uma pesquisa mais ampla, da qual este artigo constitui-se como um de seus resultados.

³ Segundo Filho (1996, p. 24), esta designação que corresponde a igrejas originadas do movimento missionário pentecostal dos EUA, do início do séc. XX, se contrapõe à do Pentecostalismo Autônomo (PA) que constitui-se no grande fenômeno religioso brasileiro atual. Este baseia-se na tríade: cura-exorcismo-prosperidade.

⁴ A primeira delas é a Assembléia de Deus, com 8,4 milhões de adeptos, seguida pela Batista, com 3,1 milhões, a Congregação Cristã no Brasil, com 2,5 milhões, a Igreja Universal do Reino de Deus, com 2,1 milhões e a Igreja do Evangelho Quadrangular, com 1,3 milhão de fiéis.

1. A TENTATIVA DA CONCILIAÇÃO DA REPRODUÇÃO DO GRUPO COM LIVRE-ARBÍTRIO DOS FILHOS

1.1. Valorização da assimetria entre pais e filhos

Os evangélicos valorizam a assimetria nas relações pais e filhos. Estando os primeiros num nível hierarquicamente superior, exigem dos últimos a obediência perante seus direcionamentos e decisões. Neste sentido, os evangélicos entendem como importante o exercício da autoridade parental para o êxito do processo educativo e para a manutenção da “ordem do lar” e até mesmo da sociedade, já que os filhos aprenderão assim a respeitar outras figuras de autoridade. Infere-se então que a subjetivação dos filhos é notadamente marcada pela passividade ou “docilidade” frente à pessoas. Filho (1994, p. 31) afirma que esta escala de valores não traz nenhuma novidade. São os velhos princípios socialmente aceitáveis e engendrados pela ordem estabelecida e que adestram as pessoas para cumprirem fielmente seus papéis sociais.

A afetividade é um recurso utilizado neste processo de docilização. Assim, dentre os recursos educativos apontados pelos representantes das denominações religiosas foi apontada a necessidade da amizade entre pais e filhos: os pais devem se esforçar para serem as pessoas mais próximas do filho, os melhores amigos que este pode ter. Todavia, apesar de pregar a amizade, que supõe relações simétricas entre as partes, os evangélicos reconhecem a existência de uma relação desigual entre pais e filhos, que se expressa, entre outros, pela obediência que deve manifestar o filho para com as vontades e decisões parentais. Essa hierarquia é julgada necessária e sadia, já que o pai se encontra em posição superior por sua experiência de vida, devendo o filho colocar-se na posição de aprendiz. Assim sendo, a amizade para os entrevistados se refere à confiança e não uma relação simétrica entre pais e filhos. Confiança esta que é imprescindível para criar um espaço de socialização homogêneo, controlado pelos pais.

Indiscutivelmente, o pai e a mãe estão num plano diferente do filho. Agora ser amigo, é muito interessante... o amigo é uma pessoa que se faz semelhante ao outro para se conviver com ele, então, apesar do pai ser o líder, ele tem que sentar com o filho. (Assembléia de Deus)

Notamos então que para os evangélicos a noção da amizade se refere à confiança, fator este imprescindível para que o filho se sinta “à vontade” com seus genitores e tenha a coragem de confidenciar-se a estes, sem temor de dizer-lhes a verdade dos fatos, não sentindo necessidade de “esconder as coisas”: o filho só se mostra por inteiro aos pais quando os consideram pessoas compreensivas, capazes de acolhê-los incondicionalmente, aceitando-os como são e como estão, inclusive com seus erros, como faz um amigo. Sendo amigos de seus filhos, os pais não correm o risco que esse papel seja ocupado por pessoas que não tenham posturas ou posições condizentes com seus ensinamentos. Nesse sentido, a confiança ajuda os pais a criarem, para sua prole, um ambiente de socialização homogêneo, controlado por eles mesmos, tornando bem sucedidas as transmissões de suas orientações aos filhos.

Uma outra coisa que eu pais tem que entender é que eles tem ser amigos dos filhos. Eu e meus filhos éramos amigos, porque se você não for, outros serão... e eu deixava elas bem à vontade, porque eu não tive problemas delas quererem fazer algo escondido, porque era tudo conversado, tudo sem elas terem medo de falar...e mesmo coisas que nós não concordávamos, eu explicava porque

*não concordava e dizia que quando ela fosse maior ela ia decidir, entender.
(Quadrangular)*

...que os pais procurem ser amigos dos filhos para que os filhos confiem neles e não em outros colegas que não tem uma boa instrução para dar. (Assembléia de Deus)

Os evangélicos entendem como benéfica a delimitação dos limites aos filhos por parte dos pais. Sua concepção de limite envolve o estabelecimento de regras, cujo não cumprimento envolve “sanções normalizadoras”, nos termos foucaultianos, e estas se concretizam por meio do que chamam de “correções”, entendidas como os atos necessários para o disciplinamento da criança. Sobre as sanções, Foucault afirma que será aplicada a penalidade disciplinar às inobservâncias do que foi explicitado por uma “lei”.

No segundo capítulo de sua obra “Vigiar e Punir” Foucault comenta acerca dos recursos para o bom adestramento: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Sobre a vigilância hierárquica, este autor faz referência ao olhar que deve ver sem ser visto e que busca informações sobre o outro “através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo” (1987, p 143). Seguindo este raciocínio é possível compreender porque os limites são valorizados e apontados como necessários na formação de filhos. Um dos motivos apontados é o da não inversão dos papéis com relação aos pais e assim passem a lhes dar ordens ou coagi-los a fazer algo em seu próprio benefício ou para a sua conveniência. Relacionada à questão dos limites, está a importância de se ensinar o que é correto e de se estabelecer acordos antecipadamente, numa atitude pró-ativa dos pais. Ferramentas que podem substituir atitudes paternas como a reação e a punição.

Condizente com o relevo dado pelos evangélicos à amizade como método educativo, o diálogo aparece como meio privilegiado de orientação, correção, resolução de impasses e de mudança de atitudes. A maneira de se exortar também é abordada como um ponto importante. O ideal para os evangélicos é que os genitores, ao corrigirem a criança, chamem-na à parte, a fim de que esta não se sinta constrangida na frente de outras pessoas. O poder de transformação pelo diálogo tem sua eficácia relacionada ao afeto, ou seja, quando ocorre sem agressão (violência verbal). Assim, entendo que o diálogo também constitui-se uma sanção normalizadora.

Os evangélicos entrevistados indicam ainda uma ordem “ideal” de atitudes parentais para se educar uma criança em desobediência: o diálogo, o castigo e, se ainda assim o filho não obedecer, as palmadas. Estes dois últimos recusos (castigos e palmadas) devem sempre estar associadas ao diálogo. Acerca dos castigos e das palmadas, os evangélicos entrevistados destacam a importância de se explicar à criança o motivo que a levou recebê-los. Evidencia-se assim, a crença de que a compreensão, por parte da criança, do sentido da correção é o fator que a leva a não repetir o mesmo erro. Não sendo informada do “por que” ou do “motivo” que a levou a “merecer” o castigo, ela provavelmente não relacionará sua atitude com o “dano causado” e, conseqüentemente, não terá consciência do seu erro. Se isto ocorrer, crê-se que o objetivo daquele procedimento disciplinar não será alcançado.

O defendido “castigo didático” constitui-se então em levar à criança a perceber que quando quebra um acordo estabelecido com os pais, ela sofrerá o cumprimento de uma pena. A pedagogia está em fazê-la entender que o seu ato provocou tal atitude parental e aprender com aquela transgressão, para que ela não se sinta vítima daquela atitude dos pais. Os pais devem também levar a criança a entender a importância de se respeitar o que foi acordado. Tal lógica faz parte dos conceitos modernos de educação: “trazer a educação para a criança”. Em outras palavras, os pais devem fazê-la participante do processo de educação por meio do entendimento das coisas e conseqüente tomada de decisões (interiorização da disciplina).

Observa-se assim, a valorização do seguimento da disciplina por parte do filho: se as palavras não forem suficientes, aceita-se o uso das palmadas ou da “vara”, que constituem-se em punição física. A prática das palmadas nos remete aos conceitos foucaultianos de disciplinamento e controle, que podem ser observados nas relações familiares dos evangélicos. Como forma de manter o controle disciplinar sobre os filhos muitos pais evangélicos não deixam de considerar a possibilidade de usar da punição. O modelo familiar de educação dos evangélicos é disciplinar e normalizador, marcando então a subjetivação dos filhos. Neste sentido, observa-se então que a educação é concebida, sobretudo, como um processo “de fora para dentro”.

Segundo Foucault (1987), punição é aplicada visando à correção e que “o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve portanto ser essencialmente corretivo” (FOUCAULT, 1987, p. 150). Diz também que “o que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo que se afasta dela, os desvios.” (1987, p. 149).

Para a aplicação da penalidade, é preciso que esta seja hierarquizante. As classificações divididas em pólos positivos e negativos ou valores opostos: bem e mal, têm um duplo papel: “marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar” (FOUCAULT, 1987, p. 151). Foucault aponta também como efeito desta penalidade hierarquizante o exercício de “uma pressão constante para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos ‘à subordinação, à docilidade (...), à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina’. Para que, todos, se pareçam”. (1987, p. 152). Este autor chega então à constatação de que a penalidade aplicada pelas instituições disciplinares, dentre elas lembramos a família, “compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra ela normaliza” (1987, p. 153), moldando os indivíduos de uma mesma forma.

Foi evidenciado também o pensamento de que os pais devem corrigir os comportamentos dos filhos, que firam os costumes socialmente estabelecidos para que estes não tenham que ser penalizados, no futuro, pela própria sociedade. O ato de bater recebe, entretanto, outras ressalvas. O genitor deve atentar-se ao seu estado emocional (não deve bater na criança em momentos de nervosismo e exaltação, a fim de que se evite “excessos” e “injustiça” para com a mesma) e a parte do corpo da criança (nunca no rosto ou local que a leve a se sentir humilhada), uma vez que alguns evangélicos entendem que humilhar ou subjugar a criança traz-lhe “prejuízos” de natureza psicológica e emocional. Neste mesmo sentido, é ressaltada a importância de não se bater na criança na frente de outras pessoas. Por considerar a criança um ser em formação, é que os pais devem atentar-se às conseqüências negativas que este tipo de correção pode gerar em quem se aplica.

“Não poupes ao menino a correção: se tu o castigares com a vara, ele não morrerá; castigando-o com a vara, salvarás a sua vida da morada dos mortos”⁵. Este, entre outros provérbios bíblicos, mostra que as indicações para o uso de punição corporal como método disciplinar remontam há milênios. Contudo, nem todos os evangélicos dão um sentido literal à vara, podendo este termo então assumir diversas definições.

Chegamos então à valorização da infância como fase privilegiada à assimilação dos ensinamentos paternos, pelo grupo social estudado, fenômeno que Foucault chama de “lapidação” ou “moldagem” da criança, tornando-a apta a se adequar às regras. Os pais evangélicos crêem que a convicção dos filhos é um forte inibidor dos desvios de conduta destes, observa-se assim uma valorização por parte destes, do adestramento e não da auto-determinação da criança. Deste modo, os castigos aplicados recebem o sentido de “correção” de forma a evitar

⁵ Bíblia Sagrada, Provérbios 23, 13-14.

os “desvios” que não são vistos como benéficos à ordem socialmente estabelecida. Assim, são apresentados os pólos positivos e negativos ou valores opostos, bem e mal, que indicam uma visão maniqueísta dos pais ou não relativa dos fatos e atos. Para Foucault, esta classificação tem o papel de “marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar”. O fortalecimento da definição do “correto, bom e justo” aponta para uma visão baseada absolutista das coisas. Os valores tradicionais refletem uma moralidade clara, definida e regida por leis universais inexoráveis, em um mundo de regras flexíveis e particularistas, tal como expressou Mariz (1994) ao tratar do pentecostalismo. Os primeiros anos de vida da criança, como época apropriada para a conformação da pessoa às normas desejáveis pelos genitores, são apontadas pelos entrevistados.

Recorrendo ao livro dos Provérbios no cap. 22 verso 6, os evangélicos afirmam que, sendo as instruções dos pais bem assimiladas pelos filhos na infância, estes continuarão por toda vida trilhando o caminho ensinado, sendo que este não se refere só ao sentido religioso. Deste modo, a infância é vista como uma fase privilegiada para a aprendizagem, ou seja, momento propício para que ela aprenda o que se pode e o que não se pode fazer. Assim, nota-se a relevância dada à educação nos primeiros anos de vida, o que, no entendimento dos entrevistados, garantiria a tranquilidade dos pais no futuro, pelo fato de saberem que seus filhos serão conduzidos pelas orientações por eles apregoadas. Aqui se ressalta a idéia de que será a convicção dos filhos o fator que evitará desvios da conduta ensinada pelos pais.

Depois que os nossos filhos são ensinados, eles podem ir para qualquer lugar (...) O que foi ensinado a eles fica gravado no coração e na mente, os princípios bons não muda, mesmo com tanto modernismo (...) Se você passar uma boa base você pode ficar tranquilo. (Quadrangular)

Sendo o livre-arbítrio algo defendido pelos evangélicos como algo que Deus deu aos homens e que por isto os pais cristãos afirmam não poder negar ao filho, observa-se a necessidade de formar as futuras gerações, no sentido desejado pelos genitores, desde cedo. Estes últimos crêem que quando mais cedo as “razões da fé” forem transmitidas e assimiladas, mais rápido se dará a homogeneização dos sujeitos, conforma-os ou tornando-os parecidos.

1.1.2 – O cordão sanitário

A TV e a internet, a depender de seu conteúdo e principalmente da forma como são utilizados, são considerados como meios educativos para alguns evangélicos. Entretanto, muitos ainda consideram estes instrumentos como perigosos e problemáticos, dada a transmissão de valores diferentes dos ensinados no ambiente familiar e por oportunizarem elementos que podem gerar precocidade sexual, como é o caso dos sites pornô e cenas de novelas. Desta forma, os evangélicos defendem que os genitores devem: selecionar a programação televisiva e os sites que os filhos terão acesso, controlar o tempo de uso de modo a assegurar que os filhos utilizem estes meios de forma equilibrada, acompanhar de perto o que as crianças estão assistindo ou acessando e, por fim, orientá-las de forma a não se permitir um “laissez-faire” da educação. Estas medidas são justificadas com vistas a salvaguardar o convívio familiar, uma vez que as crianças tendem a não ver os limites, dado o hipnotismo que estes meios exercem sobre elas. Argumentam também que se necessário for, o “uso da autoridade”, para fazer valer suas decisões, os genitores devem fazê-lo.

Comumente vista com restrições pelos evangélicos, a televisão é acusada de ser um meio de disseminação de contra-valores e grande responsável pelo aumento de fatores domésticos e

sociais negativos, tais como a violência, a erotização infantil e a promiscuidade sexual. Assim, ao abordarem o tema da educação de filhos, a maior parte dos evangélicos alerta para alguns cuidados que os pais devem ter diante dos desenhos e de outros programas televisivos, já que estes são diferentes dos que os pais desejam que seus filhos assimilem. Então, apontam para a necessidade dos pais oferecerem outra opção no lugar daquela programação, advinda, por exemplo, da locação de um vídeo ou da assinatura de uma TV a cabo, cujo conteúdo seja educativo ou “saudável”. Desta forma, os relatores afirmam que a criança não se sente confusa com o choque de valores, nem é influenciada negativamente ao assistir cenas que envolvam violência, sexo e drogas, considerados temas impróprios para crianças. Disseram ainda que os pais devem oportunizar programas com conteúdos que considerem bons, já as crianças ainda não têm discernimento de “separar o bom do ruim” e, por isto, reproduzem o que assimilam. Neste sentido, pode-se entender também a posição da assembleiana que abordou também a questão das mensagens transmitidas de forma oculta ou dissimulada, captadas somente pelo inconsciente, também denominada de mensagens subliminares.

Neste sentido, pode-se dizer que o modelo de educação dos protestantes segue o modelo pedagógico da “liberdade vigiada”, tal como concebe Donzelot (1986), cujas técnicas instauradas consistem em “limitar essa liberdade, em dirigir a criança para espaços de maior vigilância ou a habitação familiar”. Assim como o de “liberdade protegida”, por meio da qual a família traça um cordão sanitário em torno da criança, que delimita o seu campo de desenvolvimento. “No interior deste perímetro o desenvolvimento de seu corpo e de seu espírito (...) e controlado por uma vigilância discreta”. (DONZELOT, 1986, p. 48).

Dado o significativo número de horas que os filhos passam nas instituições de ensino, os evangélicos entrevistados consideram que a relação dos pais com as escolas deve ser de proximidade. Afirmam também que os genitores devem buscar diálogo e participar das atividades propostas pelas escolas, tal como a reunião de pais, encarando-a como um compromisso. Uma das entrevistadas⁶ afirmou que a educação começa em casa, de forma que os pais não devem transferir para a escola a responsabilidade que lhes compete: a educação dos filhos. Ressalta-se aqui a maior influência que os filhos devem receber em sua formação: as orientações parentais.

Além da escola, como meio educativo, diversos estudos já comprovaram que, em geral, o grupo de amigos tem mais influência na vida do adolescente do que o grupo familiar (SALEM, 1989). Conscientes desta fase em que a opinião dos amigos, conta mais do que a dos pais, e desta forma, da vulnerabilidade dos filhos perante os amigos os relatores recomendam aos pais que estejam atentos às companhias dos filhos, evitando, o quanto antes, as influências que consideram negativas, para não chegar o tempo em que estas sejam mais fortes do que a dos genitores. Assim, a postura defendida para os pais, na orientação de seus filhos, é a da seletividade, da escolha por afinidade, sobretudo nos valores. Ao mesmo tempo em que os pais são instruídos a decidir junto com os filhos pequenos acerca de seus amigos, crendo que até certa idade ele não tem capacidade para decidir sozinho, devem os genitores ensinar os filhos a fazer suas próprias escolhas, ou seja, a autodisciplina. Mas, sobretudo, os pais devem se esforçar para os melhores amigos dos filhos serem eles mesmos.

Uma outra coisa que eu pais tem que entender é que eles têm ser amigos dos filhos. Eu e meus filhos éramos amigos, porque se você não for, outros serão (...) e eu deixava elas bem a vontade, porque eu não tive problemas delas quererem fazer algo escondido, porque era tudo conversado, tudo sem elas terem medo de falar....e mesmo coisas que nós não concordávamos, eu

⁶ A assembleiana

explicava porque não concordava e dizia que quando ela fosse maior ela ia decidir, entender ... (Quadrangular)

Entendemos então que as denominações evangélicas e as famílias protestantes também exercem “policimento” no sentido mais amplo dado por Donzelot (1986), qual seja de regular comportamentos e hábitos sociais que sirvam à consolidação e ao aumento do poder religioso institucional, potencializando-o; bem como, englobando “todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação”. (DONZELOT, 1986, p. 12).

Observamos então a preocupação dos genitores evangélicos em enfraquecer ao máximo as influências de outros meios educativos no sentido contrário aos que apregoam, abrindo espaço, desta forma, para o acolhimento da orientação religiosa transmitida. Assim, apesar das pessoas deste grupo social afirmarem que a adesão ou conversão do filho à denominação evangélica se dá por seu livre-arbítrio, observa-se que os pais criam muitas condições para este aceite do filho no processo de formação. Visto isto, pensamos que este processo de “fechamento” ocorre devido à tentativa deste grupo em garantir a sua reprodução. Este processo pode ser ainda notado com relação aos amigos dos filhos. Os pais, apesar de não proibirem as amizades destes, fazem ressalvas e insistem em reafirmar que os melhores amigos ou interlocutores que os filhos devem ter são eles mesmos.

Assim sendo, os evangélicos entendem que os pais devem ser os maiores modelos educativos para seus filhos ou os principais responsáveis pelo processo de transmissão de conhecimento às novas gerações, também porque são estes os que estão em condições mais favoráveis de ensinar princípios e valores, dentre estes, os cristãos. Ressaltam-se assim as orientações parentais. Neste sentido, observa-se a valorização de um maior convívio familiar, bem como da paternagem e maternagem das crianças por parte dos genitores, especialmente da mãe, ao invés de babás, escolas, etc, como se constata hoje em casais das camadas médias. Em outras palavras, a mãe não deve transferir seu papel de maternagem para outras instâncias educativas.

1.2 A reprodução das divisões sexuais

Cada membro da família (pai, mãe e filhos) é apontado como portador de funções e responsabilidades diferentes. O pai é considerado pelos evangélicos como o líder espiritual, o sacerdote do lar, o pastor, o orientador, supervisor e aquele que cuida, protege, ampara e cuida. Visto como a principal referência espiritual da família, cabe ao homem a responsabilidade da apresentação de Deus ao seu filho e da manutenção da “chama” da fé na família. A ele cabe o pastoreio, o cuidado para que os membros de sua casa permaneçam nos caminhos de Deus.

Nota-se que a atribuição da provisão do lar como um papel do homem, ainda é reproduzida em algumas denominações cristãs⁷. Para outras, este papel deve ser desempenhado pelo casal, o que demonstra uma mudança de ideário em relação à manutenção da casa. Os benefícios advindos dos ganhos salariais das mulheres, a inserção no mundo do trabalho, a ampliação da rede de relações, a valorização de suas habilidades e o reconhecimento de suas competências, são fatores vistos como positivos, inserindo as mulheres no trabalho externo remunerado, como complemento financeiro à família.

Na pesquisa de Barbosa entre os presbiterianos, esta autora constata a ocorrência na comunidade estudada, de uma reafirmação da divisão tradicional das tarefas, no interior da família, entre homens e mulheres. “O provedor, no plano das representações, continua a ser o

7 Uma histórica e outra pentecostal: a Presbiteriana e Assembléia de Deus.

homem, o marido, e a mulher, no seu papel de “auxiliadora”, cuida dos afazeres domésticos e ainda o auxilia na captação de recursos financeiros através de seu trabalho extra-doméstico.” (1999, p. 145)

A liderança do pai não é só a espiritual, mas também relativa à esfera doméstica, o pai assim é considerado como o “cabeça” da casa ou o “chefe da família”. Relacionam a ele a responsabilidade de orientador (responsável pelo ensino da criança na Lei Divina, da formação moral), bem como portador da maior autoridade no lar. Além dos evangélicos entrevistados atribuírem esta liderança doméstica do homem ao fator cultural indicando ser necessário à ordem familiar, justificam-na⁸ como algo instituído por Deus. Dois entrevistados (um histórico e outro pentecostal)⁹ advertem ainda para a importância do reconhecimento da figura de autoridade doméstica (o pai) para o convívio social dos filhos, ou seja, é necessário que aprendam em casa a respeitar a pessoa instituída em autoridade para que não enfrentem problemas, relacionados à submissão, em seus locais de trabalho profissional ou em outros ambientes.

O papel do homem dentro da casa primeiro é ser líder. A sociedade moderna está partindo para um ponto de equilíbrio entre o homem e a mulher e respeitamos isto, mas hoje o nosso princípio é que tenha uma liderança e quem é a liderança da casa? O marido. (Assembléia de Deus)

Tratando ainda deste papel de liderança da casa, conferido ao homem, os entrevistados relacionam esta crença à concepção tradicional do homem como aquele que assume as diretrizes do lar, ou seja, aquele que decide em última instância ou que dá “a última palavra”. Segundo Machado (1996), considerando as mulheres evangélicas que o homem “foi abençoado por Deus para guiar a família”, a mulher deixa sempre as escolhas para ele, inclusive se livrando de qualquer responsabilidade por algo que não deu certo. Segundo os entrevistados, ser cabeça ou ser líder é uma atribuição necessária para a ordem familiar, tendo cada um dos esposos o seu papel definido.

Barbosa (1999, p.134) também confirma isto quando diz que, na sua pesquisa entre os presbiterianos, ao se falar em relações de gêneros é preciso que se aborde a questão da submissão feminina e da autoridade masculina no espaço doméstico. Também afirma que “os múltiplos discursos reproduzem o posicionamento da igreja em relação ao fato de que a mulher deva ser submissa ao marido e que o cabeça da família tem que ser o homem.” Contudo, diz que a questão dos evangélicos verem, no plano das representações, uma analogia entre a relação Cristo/Igreja e marido/mulher, deve levar a pensar na possibilidade da atenuação dos conflitos no relacionamento conjugal porque “se Cristo se entregou totalmente pela igreja, o marido também deve dedicar-se à esposa, à família e a esposa deve reconhecer esta dedicação” (1999, p. 141).

Com relação aos papéis atribuídos pelos evangélicos à figura da mãe, estes estão ligados, sobretudo, à área emocional. Assim, percebe-se a prevalência de características expressivas, tais como o afeto, a sensibilidade, o carinho, a união e a conciliação dos membros da família, a geração de harmonia no lar, a garantia da estabilidade emocional da criança e o sustento de todas as relações domésticas. Alertam para a importância da sabedoria da mulher na manutenção do vínculo conjugal e da harmonia, união e edificação familiar. Para alguns evangélicos¹⁰, o ideal é que ela permaneça mais tempo em casa, sobretudo para se dedicar ao cuidado dos filhos, crendo na imprescindibilidade da relação maternal e por pressupor que ela passa mais horas do dia no lar, comparado ao esposo. Por isto também atribuem a ela a formação do caráter dos filhos. Aqui se

⁸ Os representantes Batista, Quadrangular e Presbiteriano.

⁹ O presbiteriano e o assembleiano.

¹⁰ Para os presbiterianos e Assembleianos.

pode observar que o masculino e o feminino estão associados à clássica separação entre o público e o privado (SARTI, 1989). Desta forma, tem-se que ao público usualmente estão associados o mundo da rua, do trabalho, da política, da economia e a reprodução social; enquanto que o privado associa-se os espaços da família, da casa, da reprodução biológica e da sexualidade, das relações afetivas, etc. (BARBOSA, 1999). Em outras palavras, a mãe é tida como aquela que detém o papel central na educação dos filhos.

Assim sendo, esta pesquisa confirma a diferenciação de papéis entre os gêneros (BARBOSA, 1999) pelas denominações evangélicas que adotam o modelo hegemônico de família. Este tem entre os seus atributos: “uma estrutura hierarquizada, no interior da qual o marido/pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e filhos e que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas”. (ROMANELLI, 1995, p.75).

Os evangélicos, de forma geral, defendem a presença da mãe ao lado do filho e vêem a falta desta convivência como um problema ou “prejuízo”, tanto para a criança quanto para a mãe. Evidencia-se assim o pensamento de que nada substitui a presença materna junto à criança, acompanhando-a, orientando-a. Assim sendo, preocupa os entrevistados o fato dos genitores, responsáveis pela paternagem e maternagem de suas crianças, estarem terceirizando um papel que é deles, mas, sobretudo da mãe. Novamente aparece então a questão que a educação dos filhos é um papel que deve ser assumido em primeiro lugar pela família, mas contudo, tem sido transferido para outras instâncias educativas, tais como a escola, a academia, os amigos, a igreja.

Apesar dos genitores afirmarem o desejo que seus filhos façam opções voluntárias, utilizando a expressão “deixar nas mãos de Deus”, o que se observa é a realização do “cordão sanitário”. Deste modo, o princípio do livre-arbítrio torna-se um empecilho para a reprodução do grupo. Assim, caso o filho opte por não ser evangélico, mesmo tendo sido formado para isto, ele não contribuirá para o crescimento deste grupo social e é exatamente para não correrem este “risco” que os genitores evangélicos se esforçam por “fechar” os elementos que abalam os conteúdos no processo educativo. Entretanto, ao mesmo tempo em que esta “camada de proteção”, para alcançar a eficácia desejada deve ser implementada cedo e o livre-arbítrio é permitido mais tarde.

Eu tenho a função de educá-lo como cidadão e cidadã, como pessoa, honesta, que ama o próximo, que ama a Deus, que respeita o próximo, então eu estou na Terra com a finalidade de educá-lo, quando ele estiver maior, com 18 ou 19 anos, eles vão decidir. (Quadrangular).

1.3 Socialização diferenciada dos filhos segundo os gêneros

Se o papel do homem é diferente do da mulher, então meninos e meninas devem aprender, desde pequenos, coisas diferentes, relacionados aos papéis femininos e masculinos? Segundo alguns entrevistados¹¹ que vêem os papéis sexuais atrelados a características intrínsecas, os filhos devem ser criados segundo seu gênero, ou seja, de forma diferenciada. Desta forma, defendem que os filhos, na convivência com os pais, devem imitar ou “copiar” o comportamento de homem, caso seja um menino e o comportamento de uma mulher, caso seja uma menina. A assembleiana afirmou que as meninas precisam de um “cuidado especial”.

Com relação ao gênero, nota-se que tanto as denominações históricas, quanto as pentecostais relacionam as diferenças do homem e da mulher à questão natural. Neste sentido, dizem que os papéis paternal e maternal são permanentes e por isto devem continuar sendo vivenciados. Este paradigma deve ter “contornos bem delimitados”, para os filhos terem

¹¹ Das denominações Presbiteriana e Assembléia de Deus.

referências claras do masculino e do feminino. As crianças devem olhar para os pais e ver neles um modelo sexual claro a ser reproduzido, com riscos de não ficarem confusas acerca do papel que cabe a elas. Pode-se perceber que esta é uma visão essencialista dos papéis atribuídos a cada um dos gêneros, enquanto são inúmeros os teóricos, tal como Mead (1988), que argumentam que as diferenças entre os sexos são culturalmente estabelecidas e transmitidas por meio da socialização.

a função paternal, a função maternal, são funções que a Igreja entende que são permanentes e que devem ser experimentadas...digo isto relacionado às figuras masculinas e femininas, então a mãe ao andar com a filha, conversar com ela, deve passar trato, postura, visão da feminilidade e com o rapaz da mesma forma....(Presbiteriana)

CONCLUSÃO

No esforço por conciliar duas exigências que se contrapõem: a reprodução do grupo e o livre-arbítrio, vimos que este princípio torna-se um empecilho para a reprodução do grupo. Desta forma, temos como hipótese que há um enorme esforço de seus membros para tentar conciliar estes dois fatores: livre-arbítrio e reprodução. Por esta razão, entendemos que este grupo social precisa criar um meio homogêneo para alcançar a reprodução do grupo.

Não se pode negar também que a educação de filhos, sobretudo a religiosa, é um domínio priorizado pelos evangélicos até mesmo porque concebem a paternidade e da maternidade como vocação. Um outro motivo é que a manutenção e/ou reprodução destes grupos se realiza pela transmissão da doutrina cristã nas famílias participantes.

A autoridade dos pais, que deve encontrar correspondência na obediência dos filhos, foi apontada como um fator de grande importância para o êxito do processo educativo e essencial para a manutenção da “ordem do lar”, já que pressupõe a hierarquia entre pais e filhos no interior do grupo doméstico.

Relacionado a esta perspectiva, os entrevistados disseram que o modelo evangélico é mais “exigente” se comparados aos outros modelos da contemporaneidade, pois levam o “fiel” a ter uma postura mais acética e consoante aos padrões morais e éticos.

A fatores como a falta dos limites e o enfraquecimento da autoridade paterna, os evangélicos atribuem a desordem social e a degradação familiar. Observa-se também a defesa do retorno aos fundamentos morais. A questão da educação parece relacionar-se por vezes à necessidade de um retorno a princípios, que se perderam ou estão em vias de degradação.

Embora o processo de secularização leve às pessoas a dissociarem a religiosidade de outras concepções sociais e morais, vimos que o modelo protestante é notadamente conservador, uma vez que os evangélicos têm suas formas de pensar e ver o mundo articuladas, sobretudo com os preceitos religiosos. A religião se afirma aliada à família tradicional, como uma entidade contramodernizante (Machado, 1996).

REFERÊNCIAS

COSTA, L. A. F. ; JACQUET, C. (Orgs.). **Família em mudança**. São Paulo: Editora Companhia Ilimitada Ltda, 2004.

COUTINHO, C. N.. **Pluralismo:** Dimensões Teóricas e Políticas. Cadernos ABESS, nº 4. São Paulo, Cortez: 1991. Pág. 5-17.

COUTO, M. T. **Pluralismo religioso em famílias populares:** poder, gênero e reprodução. Tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco para título de Doutorado em Sociologia. Março, 2001.

DONZELOT, J. **Polícia das Famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

JACQUET, C.; COSTA, L. A. F.. Família e opção religiosa: reflexão acerca do impacto da conversão na esfera familiar. In: FIALHO, Livia Alessandra da Costa; Jacquet Christine. (Org.). **Família em mudança.** São Paulo: 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GALLO, S. As contribuições de Foucault à educação, **Revista do Instituto Humanitas, UNISINOS,** São Leopoldo, 06 de novembro de 2006, edição 203, p. pág 32-35.

LOPES, Jr, O. P. **A conversão ao protestantismo no Nordeste do Brasil.** Lusitopie, 1999, pp. 291-308.

MACHADO, M. D. C.. **Carismáticos e pentecostais:** adesão religiosa na esfera familiar. São Paulo: Autores Associados, 1996. 221p.

MARIZ, C. L.; MACHADO, M. D.. **Pentecostalismo e a redefinição do feminino.** Religião e Sociedade, v. 17, n. 1-2, p. 141-159, 1996.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs). **Família e desafios na Sociedade Brasileira:** valores como ângulo de análise. Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1993.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. do C. B (Org). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 1995.

SALEM, T. **O velho e o novo:** um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

WAGNER, A. A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente às demandas modernas. In: FERÉS-CARNEIRO, T. (Org). **Família e Casal:** arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Loyola, 2003, p. 27-33

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 11. ed. São Paulo: Pioneira, c1996. 233p.